CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-11-15	
O Secretário da Mesa	
Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada) Date: 2018.11.15 09:19:16 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 653 / XIII (4 .ª)

Assunto: Greve de estivadores

Destinatário: Min. do Mar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Depois de ontem ter sido conhecido que trabalhadores precários do porto de Lisboa foram convocados para, hoje, quarta-feira, dia 14 de novembro, irem trabalhar no porto de Setúbal, com o risco de esse requerimento vir a potenciar conflitos entre trabalhadores, vários órgãos de comunicação social dão hoje conhecimento de que há uma semana que não há qualquer movimento nos terminais de contentores e RO-RO [carga que embarca ou desembarca a rolar] do Porto de Setúbal, com prejuízos graves para as várias empresas que ali operam, com destaque para a Autoeuropa, um dos maiores exportadores nacionais.

Os estivadores precários recrutados diariamente pela Operestiva, no Porto de Setúbal, recusam-se a trabalhar e exigem um acordo coletivo de trabalho, com melhores condições, situação que está a condicionar dois terminais: o da Autoeuropa, gerido pela empresa Navipor, e o de contentores, da Sadoport, gerido pela empresa Yilport.

Por falta de escoamento, a Autoeuropa está perto de esgotar a sua capacidade de armazenamento dos carros que saem da linha de produção, o que pode levar à suspensão da produção no fim desta semana.

De acordo com fonte oficial da empresa, a paragem dos estivadores já implicou o não envio de cerca de 6.000 unidades para os seus mercados de destino, e, no limite, esta situação pode colocar em causa a operação da fábrica, quando se atingir a capacidade máxima de armazenamento de carros produzidos. A Autoeuropa admite recorrer, excecionalmente, à Base Aérea do Montijo, no sentido de usar parte do espaço disponível da base.

Em dezembro de 2015, numa audição realizada na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas sobre problemas laborais no Porto de Lisboa, a Senhora Ministra do Mar garantiu, em resposta ao CDS-PP que estava assegurada a paz social, nem que para tal tivesse que se envolver pessoalmente na questão.

Três anos depois, além de um pré-aviso de greve a horas extraordinárias em todos os portos nacionais em curso há alguns meses, há uma greve ao trabalho suplementar decretada pelo Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL), que decorre até 1 de janeiro de 2019, e que abrange os portos de Lisboa, Setúbal, Sines, Figueira da Foz, Leixões, Caniçal (Madeira), Ponta Delgada e Praia da Vitória (Açores).

Desde o dia 5 de novembro que os estivadores precários recrutados diariamente pela Operestiva deixaram de comparecer no posto de trabalho, mas antes disso já estava em curso uma greve ao
trabalho extraordinário dos poucos efetivos que servem os terminais portuários.

De acordo com o que tem sido noticiado, a Associação dos Agentes de Navegação de Portugal (Agepor) já pediu a intervenção do Governo, concretamente, do Ministério do Mar e do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, alegando não ter conhecimento de qualquer pré-aviso de greve, e também foi pedida a intervenção da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para averiguar quer a eventual coação sobre os que querem trabalhar, que também a possibilidade de estarem a ser rasgados contratos que já foram assinados.

Esta situação traz gravíssimos prejuízos para a economia nacional. A paragem do Porto de Setúbal pode afetar seriamente as contas das exportações de novembro, não só porque a Autoeuropa é um dos maiores exportadores nacionais, mas também porque já há navios a desviar a marcha para outros portos – como é o caso da MacAndrews, uma empresas de armadores que trabalha com alguns dos principais exportadores nacionais e que das duas escalas que tinha planeado fazer em Setúbal na última semana não realizou nenhuma.

De acordo com o jornal Público, a paralisação dos trabalhadores eventuais do Porto de Setúbal já impediu a operação de 22 navios e estão em risco ainda mais 13 previstos para esta semana.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Senhora Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Quantas e que empresas já alteraram para outros portos as suas operações previstas para o Porto de Setúbal, por causa das greves de estivadores e às horas extraordinárias?

2- Quantas e que empresas já alteraram para outros portos as suas operações previstas em portos nacionais, por causa das greves de estivadores e às horas extraordinárias?

3- Qual a estimativa de impacto desta paralisação especificamente no Porto de Setúbal?

4- Qual a estimativa de impacto na economia portuguesa com esta situação que se prevê prolongada?

5- Qual é a situação nos outros portos nacionais?

6- Que medidas estão a ser tomadas para resolver, o quanto antes, este braço de ferro com os estivadores e outros trabalhadores dos portos nacionais?

7- Que medidas estão a ser tomadas, a médio e longo prazo, para que esta situação não seja recorrente?

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2018

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.